

## **A CULPA NOSSA DE CADA DIA: Ética e História Oral**

*Janaína Amado\**

Habitados a conversar com os mortos, os historiadores agora dialogam também com os vivos. A difusão do gravador aliada ao interesse e grande volume de pesquisas sobre o tempo presente transformaram a História Oral na metodologia histórica que possivelmente mais se tenha expandido nas últimas décadas, tanto no Brasil como em diversos outros países.<sup>2</sup> Em conseqüência, os historiadores vêm sendo expostos a uma série de questões teóricas, metodológicas e técnicas que, se não são novas, têm-se apresentado com enfoques, relevos e matizes até então pouco explorados na história, exigindo respostas diferentes. São exemplos dessas questões as relações entre escrita e oralidade, a história do tempo presente, o papel das estratégias narrativas nas construções históricas, as intersecções entre história e memória, os lugares da subjetividade, das emoções e dos indivíduos na história, e a questão ética. Este artigo analisa as ligações

\* Professora da UnB.

- 1 As diferenças de estilo de apresentação, entre os três palestrantes, justificam-se pelo fato de os textos das Profas. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira terem sido encaminhados por escrito e o do cineasta Eduardo Coutinho ter resultado da transcrição de sua fala. O debate com o público, que teve espaço após a apresentação dos debatedores nacionais, refere-se às mesas-redondas ocorridas em São Paulo e Rio de Janeiro. Em razão disso, fica evidente uma certa fragmentação e descontinuidade entre as perguntas e as respostas (Profa. Janaína Amado, inclusive, não pôde comparecer, por motivos de saúde, ao encontro do Rio de Janeiro). No entanto, a riqueza das questões levantadas em ambas as cidades e o trabalho reflexivo que promoveram fizeram com que considerássemos relevante a inclusão do conjunto todo. (Nota das Editoras.)
- 2 Sobre o desenvolvimento da História Oral nas últimas décadas, consultar, entre outros: Joutard, P. "História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos" e Thomson, A. et alii. "Os Debates sobre Memória e História: Alguns Aspectos Internacionais", ambos em Ferreira, M.M. e Amado J., *Usos e abusos da História Oral*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 43-62 e 65-91.

entre ética e História Oral, destaca uma de suas dimensões importantes — as relações entre historiadores e seus entrevistados — e apresenta, a respeito do assunto, pontos de vista que diferem dos habitualmente aceitos.

### *Ética e História Oral*

A dimensão ética perpassa o trabalho de todos os historiadores, inclusive dos que trabalham apenas com fontes escritas. Citações corretas de trechos, títulos, autores e locais de guarda dos documentos; atribuições dos créditos intelectuais a quem de direito; fidelidade às fontes — mesmo quando, miseravelmente, elas destroem as belas teses imaginadas pelos historiadores —; transparência de conceitos e da metodologia utilizados; exposição das lacunas, dúvidas e incertezas da pesquisa não são meros procedimentos técnicos seguidos pelos historiadores bem treinados em seu ofício. São, fundamentalmente, procedimentos éticos, que servem para regular as relações entre os próprios historiadores, entre estes e suas fontes e entre estes e seus leitores.

Pessoas, entretanto, não são papéis. Conversar com os vivos implica, por parte do historiador, uma parcela muito maior de responsabilidade e compromisso, pois tudo aquilo que escrever ou disser não apenas lançará luz sobre pessoas e personagens históricos (como acontece quando o diálogo é com os mortos), mas trará conseqüências imediatas para as existências dos informantes e seus círculos familiares, sociais e profissionais. Nesse sentido, existe semelhança entre o trabalho dos historiadores que pesquisam fontes orais e o dos jornalistas, cujos textos também têm o imenso poder de influenciar diretamente os destinos das pessoas e os desdobramentos dos fatos a que se referem.<sup>3</sup>

Algumas dessas conseqüências serão benéficas para os entrevistados. Uma das maiores alegrias de fazer História Oral é, justamente, presenciar um ex-informante a exibir orgulhoso, emocionado, para parentes e amigos, trechos da entrevista que concedeu, publicada em revista ou livro. Quanto mais humilde o informante, mais tenderá a valorizar uma experiência que lhe rende reconhecimento e prestígio nos círculos que frequenta. Dependendo do assunto da pesquisa e do uso que o historiador fizer das informações obtidas nas entrevistas, entretanto, as conseqüências da divulgação da pes-

3 Essa é uma das poucas semelhanças entre os dois tipos de entrevista; a respeito do assunto, consultar, entre outros, Medina, C. *A Entrevista*. São Paulo, Editora Ática, 1991.

quisa, para os informantes, assim como para pessoas a eles ligadas, podem ser devastadoras, alterando dramaticamente suas rotinas de vida e seus destinos. Exemplos clássicos são as descobertas e revelações de historiadores acerca de infrações legais dos entrevistados, as quais podem gerar, para estes, perdas de crédito ou de emprego, rejeições pessoais ou sociais, perseguições e até condenações judiciais, o mesmo acontecendo com a divulgação de atividades políticas clandestinas, as quais, dependendo da época da divulgação, podem provocar prisões (quando o regime político continua o mesmo) ou grandes constrangimentos e perdas (quando, por exemplo, o entrevistado mudou radicalmente de convicção política, sentindo-se constrangido e afetado por revelações de seu distante passado). Origem diferente de transtorno para os informantes reside nas revelações a respeito de práticas sexuais ou amorosas, que podem provocar sérias crises familiares, muitas das quais terminam em tragédias ou em instauração de processos de divórcio, reconhecimento de paternidade, partilha de herança, etc. Seres vivos não são papéis.

Pode-se argumentar que tais decorrências são inerentes ao trabalho de todo historiador do tempo presente, cujas pesquisas envolvem pessoas vivas, e não apenas ao historiador de fontes orais; pode-se também argumentar que, na História Oral, os entrevistados expressam somente aquilo que desejam, sendo, portanto, mínima a possibilidade de ocorrerem revelações graves como as aqui mencionadas. Embora seja verdadeiro o fato de as questões éticas aqui tratadas também fazerem parte do universo de preocupações dos historiadores do tempo presente — sendo essa característica, a de trabalhar com o tempo presente, e não a de trabalhar com fontes orais, a que gera as decorrências éticas —, a segunda afirmativa, entretanto, não é verdadeira. Ou seja, ao contrário do suposto, as entrevistas podem originar numerosas revelações sobre os próprios entrevistados e sobre as pessoas a que se referem. Contribuem para isto muitas razões, como o fato de os entrevistados nem sempre controlarem o próprio discurso, deixando-se envolver pelo “turbulento nevoeiro da memória”<sup>4</sup>, entregando-se a um mundo de evocações onde nem sempre é o racional que predomina; o fato de alguns entrevistados aproveitarem os depoimentos para “certarem contas com o passado”, com antigos desafetos pessoais, profissionais ou políticos, para tanto fornecendo informações copiosas, muitas das quais inéditas, a respeito de aspectos pouco edificantes das condutas destes; finalmente, o fato de determinadas entrevistas abordarem longamente as-

4 A expressão está em Proust, M. *No caminho de Swann*. Porto Alegre, Globo, 1951, p. 27.

suntos da vida cotidiana, o que as leva a deslizarem, quase imperceptivelmente, para um poderoso elemento social do cotidiano, gerado pelo clima de intimidade das entrevistas: a fofoca.

Outro fator que torna a ética especialmente presente na História Oral são as relações pessoais estabelecidas entre os historiadores e seus entrevistados. De forma análoga à do entrevistado, o historiador muitas vezes deixa-se envolver pelo ambiente das entrevistas, pelas histórias ali contadas, pela emoção das evocações, “esquecendo-se” de representar o papel profissional normalmente atribuído a ele e criando fortes laços pessoais com os informantes, tanto de admiração, amizade e amor, quanto de antipatia, rejeição e mesmo ódio.<sup>5</sup> Embebidas de emoção, essas relações pessoais repercutem de várias maneiras sobre o trabalho final do historiador, em geral de forma inconsciente para este: determinados trechos de entrevistas, por exemplo, que “embelezam” os feitos dos informantes com os quais o historiador simpatiza, podem ser citados, repetidos ou estendidos, enquanto outros, que prejudicam a imagem do informante, podem ser negligenciados, resumidos ou afastados para notas.<sup>6</sup>

O historiador sabe, ainda, que as informações divulgadas em seu trabalho trarão conseqüências imediatas para ele próprio; exatamente por não serem papéis, os informantes reagem aos dados e interpretações publicadas, com manifestações de agrado, descontentamento ou fúria, o que pode gerar uma série de conseqüências imediatas para o historiador (como acirradas polêmicas na mídia ou processos judiciais), algumas das quais com repercussões imediatas sobre sua vida profissional. É evidente que a antecipação dessas possíveis conseqüências interfere na elaboração do trabalho, fazendo com que o historiador seja especialmente cuidadoso na redação da pesquisa e, até mesmo, que omita uma ou outra informação capaz de gerar tormentas para si próprio.

Finalmente, o historiador tende a ser muito mais cuidadoso ao apresentar informações relativas às pessoas que entrevistou, vivas e conhecidas, com as quais estabeleceu relações concretas, pessoais, cujos rostos e existência conhece, do que informações a

5 Este aspecto, embora extremamente importante para a História Oral, não tem sido suficientemente analisado pelos especialistas.

6 Apesar de as tendências recentes da historiografia afastarem-se da concepção da história-ciência e dos paradigmas da verdade, sublinhando, ao contrário, o caráter fundamentalmente relativo das diversas construções históricas e teor imaginativo e ficcional das obras historiográficas, o fato é que poucos trabalhos têm analisado especificamente as *práticas* historiográficas, no sentido das diversas estratégias metodológicas e narrativas próprias dos historiadores.

respeito de pessoas que viveram outrora, cujas fisionomias, características, temperamentos e histórias de vida lhe são distantes ou desconhecidas. O historiador oral sabe que seus informantes lerão o trabalho, formando uma opinião sobre eles (historiador e pesquisa); imagina, até, as reações que terão... Mais: o historiador sabe que as informações reveladas terão impacto, maior ou menor, sobre as vidas desses informantes. Diante disso, impossível é não vivenciar um profundo sentimento de responsabilidade, cuja origem remonta à mesma fonte de todas as preocupações éticas: as relações humanas.

A forte ligação da ética com a História Oral evidencia-se, ainda, nos procedimentos metodológicos e técnicos que constituem a prática da disciplina: a necessidade de o historiador ser fiel não apenas às palavras dos informantes, mas ao sentido da entrevista, evitando, por exemplo, citar trechos onde apenas uma parte das opiniões é revelada, para não lhes alterar o significado global; a necessidade de o historiador explicitar, para os informantes, os objetivos do trabalho e os possíveis usos que fará da entrevista; a necessidade de respeitar as solicitações dos entrevistados, como o resguardo da identidade (via uso de pseudônimo e/ou ocultamento de informações que possam levar à identificação do informante); a necessidade de diferenciar a fala de cada um dos entrevistados, evitando diluí-los em um conjunto homogêneo, indiferenciado internamente; a necessidade de diferenciar claramente a voz do historiador das dos entrevistados, etc.

O cumprimento da longa lista não livra necessariamente o historiador de problemas, pois a História Oral, calcada não em interpretações de documentos, mas em relações humanas, mostra-se mais vulnerável a litúgios, problemas e má compreensão, em parte advindos da decepção do informante com seu próprio depoimento ou com o uso que dele fez o historiador, mesmo quando este age de forma ética. A própria existência da lista, porém, reafirma o ponto para o qual vimos chamando a atenção: a indissociabilidade entre ética e História Oral.

### *“Oferecer algo em troca”*

A relação essencial entre História Oral e ética, entretanto, gera alguns comportamentos por parte de historiadores que, em nossa opinião, se baseiam em idéias profundamente equivocadas acerca de tal relação. Embora essas noções tenham surgido ou se consolidado durante a década de 70, muitas continuam até hoje difundidas e praticadas — diríamos cristalizadas —, no Brasil, como em outros países, tanto por historiadores

que trabalham com fontes orais, como por antropólogos e sociólogos. É o que discutiremos a seguir.

A base desse comportamento reside na idéia de que, por e para ser ética, a relação entre historiadores e informantes necessariamente envolve uma troca: os informantes concordam em conceder a entrevista, doando seu tempo e saber ao historiador, e estes lhes retribui, “devolvendo” aos entrevistados a pesquisa que estes ajudaram a construir. Há diversas compreensões sobre “devolver a entrevista”, que, por sua vez, geram diferentes práticas; a mais comum é entregar aos informantes exemplares da dissertação, tese ou livro (o que é facilitado quando os entrevistados pertencem a um grupo homogêneo, ou habitam um mesmo local, como posseiros, fiéis de alguma religião minoritária ou moradores de uma pequena comunidade, etc.). Levadas ao extremo, geram a chamada “pesquisa participante”, em que profissionais e informantes constroem juntos todas as etapas da pesquisa, desde o tema e os objetivos, até os roteiros das entrevistas, as pessoas a serem entrevistadas e as próprias entrevistas.<sup>7</sup>

Muito difundida entre os historiadores orais, como entre alguns antropólogos que fazem trabalho de campo, é a idéia de que a “devolução”, a “troca”, representa uma conduta essencialmente ética. Muitos acreditam mesmo ser a única conduta ética possível, pois não “devolver” a pesquisa seria o mesmo que “explorar os informantes”, ou seja, utilizar-se de seu tempo e sabedoria para fins de interesse exclusivo do historiador. Historiadores orais que trabalham com informantes de origem humilde que estão reivindicando algo da sociedade (terra, trabalho, alimento, leis, etc.), ou que trabalham com informantes diretamente envolvidos em litígios e movimentos sociais, acreditam que o retorno do material da pesquisa é uma atitude antes de tudo política. A pesquisa, pensam, poderá municiar os entrevistados de informações e interpretações que estes, em geral, não possuem, por não disporem dos meios e da formação do historiador; tais dados e avaliações poderão ser úteis para os informantes, para ajudá-los a alcançar os objetivos que almejam (com os quais, muitas vezes, o historiador simpatiza). Segundo essa linha de raciocínio, caberia ao historiador a obrigação de devolver a pesquisa a seus informantes; ao fazê-lo, estaria agindo eticamente, configurando uma relação igualitária, pois, em troca do tempo, boa vontade e informações, estaria oferecendo um tipo de conhecimento que os entrevistados em geral não possuem (especialmente aqueles pobres e/ou desprovidos de educação formal), o que poderá gerar importantes desdobramentos políticos e sociais para o grupo pesquisado.

7 A pesquisa participante nem sempre envolve fontes orais. O antropólogo Carlos Rodrigues Brandão é autor de obras importantes sobre o tema.

Após “devolver a pesquisa” aos informantes, muitos historiadores sentem-se confortáveis, em paz com a consciência, acreditando terem agido de forma ética. Muitos acreditam que seu trabalho será efetivo e valioso para a consecução dos objetivos dos entrevistados, quando estes estão envolvidos em lutas ou campanhas. Outros historiadores, após obterem, graças à pesquisa em fontes orais, o título de mestre, doutor ou livre-docente em suas universidades, ou após publicarem o trabalho, começam a desenvolver um forte sentimento de culpa, que pode tornar-se agudo, com o passar do tempo: afinal, pensam, a pesquisa rendeu-lhes reconhecimento e progresso na vida acadêmica; aos entrevistados, entretanto, mesmo após “devolvida”, ela nada ou quase nada rendeu: eles continuam em seus caminhos de pobreza, desalento e humilhação, sem alcançar vitórias...

### *A natureza das relações entre o trabalho intelectual e os informantes*

Não consideramos condenável a entrega do produto final da pesquisa aos informantes; ao contrário, é um ato cortês, que poderá causar alegria aos entrevistados. Pensamos, inclusive, que algumas pesquisas eventualmente podem revelar-se úteis aos objetivos dos informantes, em especial quando os objetivos são políticos, pois podem fornecer-lhes dados de que não dispõem, apresentar-lhes uma outra visão a respeito de si próprios e, ainda, registrar a história de um grupo que, de outra forma, teria poucas oportunidades de legar para o futuro, por escrito e de forma ordenada, sua própria experiência social.

Nossa discordância com a concepção descrita reside em dois outros pontos: primeiro, na crença de que a relação de igualdade, de troca com os informantes, se concretiza apenas no momento da “devolução” da pesquisa a estes; segundo, na crença de que o trabalho, uma vez “devolvido” aos informantes, terá o poder intrínseco de contribuir para fazer avançar a luta em que estes estão envolvidos.

Sempre que observo essas crenças e suas conseqüentes práticas, lembro-me imediatamente de uma exposição oral que certa vez ouvi, feita pela excelente antropóloga norte-americana Joanne Rappaport, durante seminário na Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos.<sup>8</sup> Esta antropóloga trabalha com os índios cumbales, da Colômbia,

8 O seminário, acontecido durante o primeiro semestre de 1991, integrou o “Atlantic Program in History and Anthropology”, da Universidade Johns Hopkins, Baltimore, EUA. Joanne Rappaport é uma antropóloga renomada, que trabalha numa linha de confluência com a História. O episódio a seguir foi relatado de memória, em nenhum momento pretendendo reproduzir as palavras exatas da antropóloga; a versão aqui registrada representa minha recordação de sua narrativa, anos após ocorrida.

um grupo aculturado, que usa o espanhol como língua e, à época, fazia muitos esforços para recuperar suas raízes, inclusive reivindicando judicialmente as terras a que tinha direito, por nelas seus ancestrais haverem vivido desde tempos imemoriais. Após defender sua tese acadêmica sobre os cumbales, Joanne decidiu “devolvê-la” aos índios, pelas mesmas razões que outros estudiosos o haviam feito: estabelecer uma relação igualitária, de troca, com os informantes e, acreditava ela, ser-lhes útil, pois as longas e trabalhosas genealogias que reconstituíra no trabalho poderiam apoiar as reivindicações judiciais dos cumbales quanto às terras. Com recursos próprios, Joanne pagou a tradução de seu trabalho para o espanhol, depositando o exemplar traduzido no centro comunitário dos cumbales. Um ano depois, ao retornar à Colômbia, surpreendeu-se ao perceber que sua tese sequer havia sido folheada! Acreditando que o fato se devia aos altos índices de analfabetismo e à falta de hábito de leitura entre os cumbales, Joanne pagou de seu próprio bolso a uma índia, para gravar todo o conteúdo do trabalho, depositando as fitas gravadas no centro comunitário. Nunca me esquecerei da expressão de desalento, surpresa e frustração da antropóloga, ao nos relatar que nenhum cumbale jamais havia se interessado em ouvir as fitas!

Esse caso-limite ilustra bem os dois pontos que desejo demonstrar:

- a) a relação de troca entre historiador e informante estabelece-se não apenas a partir do momento em que a pesquisa é “devolvida” a este, mas assim que este concorda em conceder a entrevista;
- b) a pesquisa acadêmica (histórica, antropológica ou sociológica) exerce, em geral, influência pequena sobre as ações do grupo pesquisado; ou, ao menos, as relações que se estabelecem entre as duas ordens de fatores podem ser problematizadas, não se revelando auto-evidentes.

Quanto ao primeiro ponto, nosso raciocínio é o de que, quando alguém ou algum grupo concorda em gravar uma entrevista para um historiador, o faz por motivos nem sempre relacionados às características pessoais desse historiador, como simpatia ou beleza.<sup>9</sup> Minha própria experiência, somada à relatada por dezenas de outros pesquisadores, conduz à conclusão de que a grande maioria dos indivíduos concorda em conceder entrevistas por um motivo principal: a oportunidade de ter a própria história registrada, podendo transmiti-la, por meio da fita e da tese/livro do historiador, a outras pessoas,

9 A exceção mais notória a essa regra se dá quando o historiador e o grupo mantêm um relacionamento sistemático anterior ao início da pesquisa; nesses casos, sentimentos como o de amizade ou o de gratidão podem sobrepujar o motivo aqui aventado.



contemporâneas e futuras, em especial às pertencentes a círculos diversos dos alcançados pelo próprio informante. Decerto as razões para esse desejo de divulgar a própria experiência variam segundo cada pessoa e grupo (interesses políticos imediatos, necessidade de construir um legado, etc.), mas isso não é relevante para a questão aqui discutida. Importa-nos registrar que, quando alguém concorda em ser entrevistado, tem objetivos concretos a atingir, relacionados não ao historiador, mas a si próprio, ou seja: conceder ou não a entrevista é um ato voluntário, integrante de um complexo universo de interesses e estratégias ao qual, muitas vezes, o historiador sequer tem acesso. Para transmitir a própria experiência às pessoas com as quais convive, ou que são muito semelhantes a si, não é necessário a ninguém ajuda de um historiador, pois o indivíduo domina linguagem, códigos e meios de comunicação do grupo, o qual, inclusive, em geral já conhece a experiência. Isso explicaria por que, por exemplo, os cumbales não se interessaram em ler a tese ou em ouvir as fitas de Joanne Rappaport: ao depor para a antropóloga, os cumbales tinham tido o objetivo de alcançar outros círculos sociais (o meio acadêmico, outro país, etc.), e não o de contar sua história para eles próprios a conhecerem; este último fim decerto já era alcançado por outros mecanismos sociais (conversa, rituais, etc.), que dispensavam a mediação da antropóloga.

Pesquisadores orais que trabalham com membros da elite sócio-econômica e cultural de um país tendem a compreender essa questão com mais facilidade: empresários e políticos, por exemplo, não só costumam explicitar seus objetivos ao conceder uma entrevista, como, não raro, procuram os historiadores para que estes (profissionais com treinamento e habilidade específicos) executem um projeto concebido não pelos historiadores, mas pelos futuros entrevistados — como, por exemplo, a história de uma determinada empresa, a de um partido político ou a de uma trajetória individual.<sup>10</sup> Já pesquisadores orais que trabalham com indivíduos pobres e marginalizados social e culturalmente tendem a pensar que estes não possuem objetivos e interesses quanto à entrevista, simplesmente pelo fato de em geral não os expressarem de forma explícita (ou, ao menos, de não os expressarem da forma e com os códigos culturais a que os historiadores estão habituados). A nosso ver, essa última atitude revela paternalismo e,

10 No Brasil, são muito interessantes os trabalhos escritos sobre o assunto pelos pesquisadores do CPDOC, instituição que tradicionalmente faz História Oral com membros da elite. O Instituto da História do Tempo Presente, em Paris, recebe regularmente encomendas de grupos interessados em registrar sua história. Luisa Passerini relatou e discutiu, em vários artigos, a experiência de ser procurada por mulheres da organização terrorista italiana “Brigada Vermelha”, para a produção de uma história sobre o grupo.

longe de demonstrar o respeito, a preocupação social e a ética pretendidos, expressa na verdade uma postura de desconsideração, desprezo e desvalorização do outro, pois considera que o entrevistado (e, por extensão, os excluídos sociais) não tem condições de construir e executar projetos pessoais e sociais.

Vista da forma proposta aqui, a relação entre historiador e entrevistado sai substancialmente modificada: em vez de apresentar-se nos termos habituais, onde existe um pólo poderoso e dominante (o do historiador) e um pólo fraco e submisso (o do entrevistado) — o que acaba gerando culpa no primeiro, se este é um profissional “ético”, dotado de senso de responsabilidade social —, o que em verdade acontece é uma relação *desde o início* negociada, caracterizada pelas trocas entre os objetivos do historiador (escrever a pesquisa acadêmica e, se possível, transformá-la em livro) e os do informante (levar sua experiência até outros círculos sociais, via produto final do trabalho do historiador). Quanto mais próximos os objetivos de ambos — muitas vezes o historiador, ao realizar a pesquisa, também tem o desejo sincero de divulgar a experiência dos entrevistados para outros círculos, a fim de que aprendam com ela —, mais fácil será a experiência. Pelos motivos expostos aqui, entretanto, não é necessário que haja confluência de objetivos para que a experiência seja bem-sucedida e ambos os alvos sejam alcançados.

O segundo ponto por nós destacado — a influência do trabalho acadêmico sobre as ações do grupo pesquisado — não tem, a nosso ver, a auto-evidência que muitos lhe atribuem. Não nos parece natural nem evidente que uma tese ou livro sobre, digamos, algum movimento social necessariamente auxilie os participantes desse movimento a alcançarem seus objetivos. As relações entre trabalho intelectual e realizações sociais, conforme vários autores (principalmente Bourdieu) têm demonstrado, são muito complexas e informadas por diversos tipos de mediação, não acontecendo entre ambos a relação direta ou imediata de causa-efeito. Às vezes, e ao contrário do desejo do autor, um livro sobre a história de determinado movimento social não exerce qualquer influência sobre os destinos desse movimento; às vezes, tem papel decisivo, seja para a execução dos objetivos dos revoltados, seja para a compreensão que as futuras gerações construirão a respeito do assunto.<sup>11</sup> Queremos aqui acentuar o fato de que trabalho

11 Exemplo do segundo caso é *Os sertões*, de Euclides da Cunha, até hoje fundamental na construção da visão brasileira a respeito de Canudos. Sobre a visão da história como resultado da inter-relação entre fatos históricos e interpretações desses fatos (como teses acadêmicas), ver o interessantíssimo livro de Cohen, D. *The combing of history*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1995.

intelectual e atuação social possuem naturezas distintas; as imbricações entre elas dependem de uma multiplicidade de fatores, não controlados inteiramente nem pelo historiador nem pelos seus entrevistados, participantes da luta social. Entre o desejo de realizar uma pesquisa e escrever um trabalho que contribua para revoltosos e marginalizados alcançarem com sucesso seu objetivo e a obtenção efetiva desse êxito, existe a história, com seu infinito grau de imprevisibilidade. Assim como existe a história entre a intenção de atingir um vasto público e perpetuar uma experiência social por meio de entrevistas e a realização efetiva dessa intenção.

Se assim é, a concepção que mede a ética e o grau de cidadania do historiador pela influência (em geral avaliada em termos políticos) sobre os destinos dos entrevistados merece ser revista. O trabalho do historiador oral será aceito, valorizado e perpetuado não pelo nível de identificação política com o grupo entrevistado ou pelo nível de influência sobre os destinos desse grupo, mas pelas qualidades acadêmicas do trabalho, pela sua capacidade de desvendar relações humanas e pelo grau de comprometimento profissional demonstrado, o qual poderá ser medido pelo respeito aos procedimentos metodológicos e técnicos da disciplina, anteriormente apontados. A ética do historiador oral reside nesses pontos, e deve ater-se a eles. O resto é confusão, provocada por um sentimento de culpa injusto, malformulado e maldirecionado, que melhor faria se transformado, no cotidiano do cidadão-historiador, em ações diretas e concretas contra as numerosas injustiças sociais.